



STF aprova proposta de plano de carreira no Judiciário Federal

O Supremo Tribunal Federal aprovou o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal, com reajuste total de 56,42%, incluindo gratificações. A proposta, aprovada na quarta-feira (2/11), em sessão administrativa, será enviada ao Congresso Nacional nos próximos dias para análise.

A nova tabela prevê que a remuneração inicial de analista judiciário passe dos atuais R\$ 6.551,52 para R\$ 10.283,59 e, em final de carreira, de R\$ 10.436,12 para R\$ 16.324,68. No caso do cargo de técnico judiciário, o salário vai de R\$ 3.993,09 para R\$ 6.104,70, no início da carreira, e de R\$ 6.360,71 para R\$ 9.949,68 no final. A proposta não prevê aumento no valor do cargo em comissão nem no número de funções comissionadas.

De acordo com os ministros, o objetivo da proposta é minimizar a defasagem de remuneração dos cargos, evitando a evasão de servidores para outras carreiras dos demais poderes. Hoje, no STF, a evasão de servidores gira em torno de 20% a 23%.

O plano passou por ajustes em virtude de restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que o impacto orçamentário previsto inicialmente era de R\$ 9 bilhões por ano, e agora passou para R\$ 5,4 bilhões. Outra preocupação dos ministros e presidentes dos tribunais superiores era estabelecer política de remuneração em que um servidor no final da carreira não recebesse remuneração maior do que a de juiz federal substituto.

O plano estabelece também a racionalização das estruturas administrativas. O artigo 3º determina que, no prazo de um ano, os órgãos do Poder Judiciário deverão reduzir os gastos com o pagamento de funções comissionadas, a partir da racionalização e uniformização das respectivas estruturas. Isto porque, atualmente, é bastante elevada a relação entre o número de funções comissionadas e o número de servidores. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

Date Created

03/12/2009